

JOSÉ MARIA CARVALHO FERREIRA \*

O ENQUADRAMENTO POLÍTICO E INSTITUCIONAL  
DAS LUTAS OPERÁRIAS URBANAS  
APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974

1. CARACTERÍSTICAS DAS LUTAS OPERÁRIAS URBANAS  
APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974

As lutas operárias iniciadas, imediatamente a seguir ao 25 de Abril de 1974 nos grandes centros industriais do país, foram, indiscutivelmente, de natureza espontânea e, em certos aspectos reivindicativos, radical.

A explicação histórica plausível desse fenómeno social, de extrema acutilância, reside e é produto genuíno das contradições geradas pelo «fascismo» à portuguesa, durante cerca de 50 anos. Incapaz de fomentar um desenvolvimento económico e tecnológico consubstanciado pragmaticamente na produção e reprodução de bem-estar sócio-económico das massas trabalhadoras portuguesas, o «fascismo» à portuguesa, contrariamente, propiciou-lhes uma condição sócio-económica paupérrima, se, nas circunstâncias, a compararmos com a que outras massas trabalhadoras usufruíram no contexto capitalista desenvolvido. Na realidade, nos princípios da década de setenta, os salários nominais e reais <sup>(1)</sup> do conjunto das massas trabalhadoras portuguesas, inseridas nos grandes espaços urbanos das cinturas industriais de Lisboa, Porto e Setúbal, etc., eram manifestamente insuficientes para poderem gozar de um nível de vida condigno e, minimamente satisfatório. O subdesenvolvimento crónico do capitalismo em Portugal, originou no seio das massas trabalhadoras uma necessidade histórica de recorrência sistemática à

---

\* Professor do Instituto Superior de Economia.

<sup>(1)</sup> Anuários Estatísticos e Boletins Mensais de Estatísticas. Ed. do Instituto Nacional de Estatística.

emigração <sup>(2)</sup> e, por outro lado, fomentou no seu seio, uma série de desejos e expectativas potencializados numa fonte histórica de consumo mercantil.

A natureza repressiva e ditatorial do regime de Salazar e Caetano, por sua vez, vai contribuir para que as massas trabalhadoras portuguesas sejam impedidas de reivindicarem uma melhoria da sua situação sócio-económica, política e cultural. Isso implicou que enveredassem pela interiorização das regras normativas que estavam totalmente identificadas com a ausência e a impossibilidade de conflitos e contradições nas relações funcionais entre o capital e o trabalho. Desse modo, na eventualidade de germinar qualquer organização ou contestação do sistema capitalista em Portugal, as greves ou outras lutas fomentadas pela classe trabalhadora eram drasticamente reprimidas. Institucional e ideologicamente, a sociedade civil portuguesa era manietada nas suas predisposições e funcionalidade positiva, se, na ocorrência, o primado da sua acção resultasse ou tendesse para um espaço de conflitualidade e de contradição. O Estado providencial de Salazar e Caetano, pela sua natureza paternalista e totalitária, agia de maneira a que a sociedade portuguesa funcionasse harmonicamente como um órgão do corpo humano. A organicidade, substantivada pela lógica normativa dos «brancos costumes», tornava natural a opressão e a exploração existentes nas relações entre o capital e o trabalho, a miséria cultural e ética de grande parte da população portuguesa e, as atrocidades e miséria provindas da guerra colonial.

Um sistema societal que consegue sobreviver durante cerca de 50 anos, com base no atrofiamento do desenvolvimento do capitalismo, na repressão e aviltamento da população portuguesa, necessariamente, um dia, soçobrará.

Quando isso acontece, no 25 de Abril de 1974, o fenómeno da luta de classes brota espontaneamente caracterizando-se, em substância, pela sua radicalidade. Das causas que já enunciei como configurando o «fascismo» à portuguesa, duas, subsistem como mais importantes para a implementação do movimento social operário espontâneo e radical: em primeiro lugar, os salários de miséria e a consequente fome histórica de consumo mercantil exacerbando o conteúdo e o grau das reivindicações das massas trabalhadoras ao conjunto do patronato; em segundo lugar, a instauração das liberdades cívicas, partidárias, sindicais e o direito à greve, etc., fomentadas pelo novo regime, vai reestruturar e redimensionar toda a estrutura do tecido social por-

---

(2) Anuário Estatístico de 1978.

tuguês no sentido de possibilitar a conflitualidade e a contradição entre o sector do trabalho e do capital. A conjugação das necessidades sócio-económicas dos trabalhadores portugueses com a liberdade reivindicativa e contestatária, emerge-os para uma realidade espaço-temporal substantivada na inovação e imaginação no contexto da luta de classes. A revolta e o ódio que tinham interiorizado durante 5 décadas, através da repressão e da miséria, eram desde então, passíveis de exteriorização e realização institucional.

Preenchidas as condições institucionais para a reivindicação, desbloqueadas as energias fisiológicas e intelectuais para a luta contra a opressão e a exploração, o surto grevista espontâneo e radical irrompe abruptamente nas cinturas industriais de Lisboa, Porto e Setúbal (principalmente). No prosseguimento das acções grevistas encetadas precedentemente, um pouco por toda a região industrializada do país, nos meses de Outubro a Dezembro de 1973, Janeiro e Fevereiro de 1974 <sup>(3)</sup>, os trabalhadores exigem reivindicações consubstanciadas num salário médio mensal de 6.000\$00, 1 mês de férias pagas, 1 mês de subsídio de férias, 40 horas de trabalho médio por semana, saneamento de pessoas coniventes com o antigo regime e outras regalias sociais, etc. A inexistência de um sindicalismo clássico que organizasse e implementasse as lutas dos trabalhadores portugueses contra o patronato, obrigou a que os mesmos, por emergência histórica, recorressem a formas de organização sustentadas pelas assembleias gerais de empresa e dinamizadas por comissões de trabalhadores. Associada às grandes exigências de aumentos salariais e outras regalias sociais, as organizações dos trabalhadores, pela sua natureza espontânea e radical, funcionalizaram-se em esquemas interventivos de discussão, confronto e democracia directa.

Durante alguns meses (Maio, Junho, Julho, Agosto e Setembro de 1974) o patronato português e o Estado tremeram e tiveram extrema dificuldade institucional em responder positivamente ao conjunto das reivindicações das massas trabalhadoras. A indisciplina, a agitação política e ideológica, o absentismo e as constantes reuniões realizadas nos locais de trabalho das empresas e do Estado, põem em pânico o patronato e a classe política portuguesa. A natureza subdesenvolvida do capitalismo português com uma estrutura de custos de produção bastante

---

<sup>(3)</sup> Relativamente ao conteúdo dessas reivindicações, ver, Maria Lurdes Lima Santos, Marinus Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira, *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*, Porto, Afrontamento, 1976, I vol., pp. 72-77.

baixos (sobretudo nos custos do factor trabalho), com métodos de racionalidade gestionária empresarial primários e com tecnologias produtivas absoletas <sup>(4)</sup> impediu, por sua vez, que grande parte das exigências reivindicativas dos trabalhadores expressas em significativos aumentos salariais, fossem satisfeitas. A fuga de capitais, a sabotagem económica e financeira, a queda abrupta dos lucros das empresas (sobretudo as pequenas e as médias empresas) e a inexperiência e a incapacidade de diálogo do patronato português em admitir as reivindicações que lhe eram impostas pelos trabalhadores originou a falência e o encerramento de bastantes pequenas e médias empresas.

Perante esta realidade e porque as reivindicações dos trabalhadores se situavam na lógica normativa da reprodução histórica do capital e porque ainda a grande maioria dos mesmos não lutava objectiva e subjectivamente por uma sociedade primando pela ausência da opressão e exploração do homem pelo homem, nestas circunstâncias, o movimento social operário, de características espontâneas e radicais, ficou prisioneiro das vicissitudes próprias da evolução da crise do sistema capitalista em Portugal.

Desse modo, as lutas dos trabalhadores portugueses, desde fins de Setembro de 1974, sofrem uma desagregação e são reestruturadas no seu conteúdo reivindicativo e formas de organização. Porém, tudo isso não foi produto exclusivo da natureza subdesenvolvida do capitalismo português e da repressão que o poder político-militar exerceu sobre as lutas dos trabalhadores. A Intersindical e o PCP tiveram uma grande influência nessa desagregação. Colmatando a inexperiência do patronato e do poder político-militar instituído para a repressão das greves, o PCP e a Intersindical foram os grandes campeões da sabotagem e denegrimiento das greves com carácter espontâneo e radical <sup>(5)</sup>.

O fenómeno da «autogestão» vai aparecer como a solução mais lógica para superar a situação sócio-económica crítica de muitos trabalhadores <sup>(6)</sup>. Sem salários e perante a fuga do pa-

(4) O peso anacrónico dessa realidade empresarial na sociedade portuguesa é significativamente analisado por L. Ferraz de Carvalho, em Editorial, na revista «Tempo Económico» de 3-5-1974, Lisboa.

(5) Sobre o comunicado da Intersindical distribuído à população em 22 de Maio de 1974, ver, João Vilanova, *Sindicalismo em Portugal*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1977, p. 142.

(6) Sobre este aspecto, é interessante analisar o conteúdo das posições dos trabalhadores das empresas têxteis Sogantal e Charminha, no âmbito de uma mesa redonda organizada pelo jornal «Combate» de Setembro/Outubro de 1974, Lisboa.

tronato em assumir as responsabilidades de gestão das empresas em situação económico-financeira difícil, os trabalhadores, por emergência da crise, assumiram, como recurso conjuntural, a gestão das mesmas. Através de um grande esforço conseguiram reequilibrar a produção e a gestão de algumas empresas que, entretanto, tinham entrado em regime de «autogestão». Porém, isso foi conseguido à custa de bastantes horas de trabalho não pagas e através de salários bastante baixos<sup>(7)</sup>. Como o poder político-militar não estava interessado no desenvolvimento do fenómeno da «autogestão», esta foi deixada ao abandono pelos sucessivos governos provisórios que governaram o país desde 25 de Abril de 1974 a 25 de Novembro de 1975. A evolução do poder político-militar (sobretudo, depois, de 11 de Março de 1975) vai permitir que enveredassem pela reivindicação da solução cooperativista<sup>(8)</sup>. No fundo, para a generalidade dos trabalhadores que utilizaram o processo da «autogestão» como forma de luta contra o patronato, o que lhes interessava, resumia-se à manutenção do salário e do emprego.

Por outro lado, a partir do momento em que, a alternativa capitalista liderada pelo general António de Spínola soçobra, em 28 de Setembro de 1974, o modelo de sociedade «socialista» começa a ser uma hipótese histórica para superar a crise que a sociedade portuguesa atravessava. Esse facto, foi produto da relativa hegemonia institucional do MFA como poder político-militar. As opções «socialistas» do MFA redimensionaram de forma gigantesca a acção e a função dos partidos e sindicatos que tinham poder de mobilização ideológica e militante junto das massas trabalhadoras. A solução para os problemas do desemprego, da falência de muitas empresas, da falta de habitação, etc., passam, desse modo, a ser visualizadas pela via da nacionalização dos meios de produção e da luta contra os monopólios e o latifúndio.

A reestruturação das reivindicações e das formas de organização das lutas dos trabalhadores portugueses, em função desse objectivo primordial, tornou-se uma necessidade histórica imperativa nacional. Essa função tiveram-na, principalmente, os partidos esquerdistas, o PCP, o MDP/CDE e os sindicatos. A natureza espontânea e radical das lutas operárias, por tal motivo, vai sofrer uma grande transformação. Em vez de um dis-

(7) Jornal «Combate» de 12-12-1975.

(8) O Relatório elaborado pelo CAC (Comissão de Apoio às Cooperativas), Lisboa, Ministério do Plano e da Coordenação Económica, 1976, é bastante elucidativo sobre a emergência «cooperativista» nas empresas em crise, no ano de 1975.

curso ideológico polarizado na luta anti-capitalista, surge, em alternativa, um discurso concentrado numa pluralidade ideológica/partidária e substantivado numa série de modelos de sociedade «socialista» potenciais. A excessiva partidarização e ideologização do movimento social operário, espartilhou-o e enfraqueceu-o, na sua luta contra o patronato e, ao mesmo tempo, remeteu-o para a realização de manifestações simbólicas manipuladas pelas contingências e vicissitudes da luta pelo poder político-militar. A «unicidade» sindical aprovada pelo Conselho de Ministros, em meados de Janeiro de 1975, e as diferentes manifestações e comícios organizados, respectivamente, pela Intersindical, pelo PCP, o PS e partidos esquerdistas, reflectiram, de modo inequívoco, o teor reivindicativo «socialista» e a relativa liderança hegemónica do PCP e dos partidos esquerdistas sobre o movimento social operário das cinturas industriais de Lisboa, Porto e Setúbal.

Depois de 11 de Março de 1975, com a institucionalização do MFA como poder político-militar hegemónico, as lutas operárias passaram a ser visualizadas no sentido da instauração do «socialismo» na sociedade portuguesa <sup>(9)</sup>. Na ocorrência, a generalidade das lutas do proletariado português foram substantivadas para dinamizar o processo de «transição para o socialismo». Como, tendencial e conjunturalmente, o modelo de sociedade relativamente hegemónico estava identificado com os objectivos programáticos clássicos do marxismo-leninismo soviético, o «socialismo», nesse período histórico, baseava-se na nacionalização e estatização dos sectores fundamentais da economia portuguesa. Porque essa opção tinha origem decisiva na vanguarda institucionalizada nas esferas do poder político-militar, às massas trabalhadoras restava-lhes agir como instrumento de complementaridade hierárquica no cumprimento das instruções ditadas pela sua vanguarda, a partir do espaço do processo produtivo de riqueza. A «batalha da produção», o «controlo da produção» <sup>(10)</sup>, o saneamento de elementos considerados «fascistas» do aparelho de Estado e das empresas nacionalizadas, a ideologização «socialista» materializada pelos órgãos de comunicação social e a institucionalização da Intersindical, como a

<sup>(9)</sup> Jornal «Alavanca», órgão da Intersindical, de 23-4-1975, Lisboa.

<sup>(10)</sup> Os discursos do Primeiro Ministro, Vasco Gonçalves, e Ministro da Indústria e Tecnologia, Eng. João Cravinho, do IV Governo Provisório, na empresa da Sorefame em meados de Maio de 1975 são disso um grande exemplo. Nesse sentido, ver, jornal «Movimento 25 de Abril», órgão do MFA, de 3-6-1975.

central única na sociedade portuguesa, foram as modalidades funcionais e orgânicas que o movimento social operário passou a ter no processo de institucionalização da «transição para o socialismo» em Portugal. Entretanto, porque não se enquadrava positivamente nos planos da estatização e nacionalização da economia portuguesa, o fenómeno da «autogestão» foi abandonado, às suas vicissitudes críticas, pelo poder político-militar. Perante a falência e a fuga de capitais das empresas em situação difícil, a resposta do poder instituído e da Intersindical eram estéreis <sup>(11)</sup>.

Neste contexto, as lutas operárias só eram de índole positiva e normativas desde que fossem enquadradas e identificadas com a implementação do «socialismo» baseado nos princípios do marxismo-leninismo soviético. As greves e os conflitos entre o trabalho e o capital, por tal motivo, foram reduzidos drasticamente. Em contrapartida, face à excessiva partidarização e ideologização do movimento social operário, as suas lutas passaram a ser baseadas na dinamização da «batalha da produção» e do «controlo da produção», em manifestações e comícios de apoio aos IV e V Governos Provisórios e em manifestações de apoio ao MFA (sobretudo no apoio ao «Documento-Guia Aliança Povo-MFA» e «Documento do COPCON»), à FUR e aos SUV, etc. Ou seja, face à emergência revolucionária da construção do «socialismo» na sociedade portuguesa, grande parte, da população proletária inserida nas grandes cinturas industriais de Lisboa, Porto e Setúbal serviu de matéria-prima revolucionária, no seio das empresas, no aparelho de Estado e instituições da sociedade civil, como complemento basístico da estruturação desse objectivo programático.

Esse processo soçobrou porque, em grande medida, o PCP não conseguiu positivar, hegemonicamente, a sua liderança no seio do movimento social operário e do MFA. As rupturas surgidas no seio do MFA, a partir de Julho de 1975 <sup>(12)</sup>, as manifestações contraditórias surgidas entre os partidos esquerdistas, o PCP e o PS e a relativa influência deste último sobre grande parte da sociedade civil e parte da classe trabalhadora, não permitiram que o PCP instaurasse de modo hegemónico o seu modelo de sociedade. A esterilidade prática e ideológica da luta pela «batalha da produção» e do «controlo da produção», a derrota eleitoral do PCP e do MDP/CDE nas eleições de 25 de

<sup>(11)</sup> Jornal «Alavanca», de 23-4-1975.

<sup>(12)</sup> Sobretudo com o aparecimento do Documento-Guia Aliança Povo-MFA em 8/9 de Julho de 1975, o que vai pôr em causa os objectivos programáticos do Plano de Acção Política aprovado pelo Conselho da Revolução em 20 de Junho de 1975.

Abril de 1975, as derrotas da Intersindical em sindicatos importantes durante o «verão quente» de 1975 e a cumplicidade de muitos trabalhadores na destruição de sedes e centros de trabalho do PCP, da Intersindical, do MDP/CDE e de certos partidos esquerdistas (MES, UDP e PRP/BR) foram os processos interventivos de obstrução do movimento social operário e da sociedade civil à institucionalização do «socialismo» em Portugal, segundo a óptica do PCP.

A falta de identidade «revolucionária» e «reivindicativa» do proletariado português relativamente ao projecto de sociedade dinamizado pelo PCP não explica, exaustivamente, o acontecimento histórico do 25 de Novembro de 1975, mas contribuiu, sem dúvida alguma, para a eclosão do mesmo. Depois dessa data o movimento social operário urbano cai no marasmo, sob o ponto de vista reivindicativo sócio-económico e institucional. Incapazes de reivindicarem uma melhoria do seu nível de vida porque o capitalismo português não o permitiu, fracassadas as suas ilusões relativamente à instauração do «socialismo», esqueceram-se na expectativa sebastiânica do aparecimento de um capitalismo moderno e de um Estado providencial.

## 2. MFA, PARTIDOS E SINDICATOS: SUA FUNÇÃO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS LUTAS OPERÁRIAS E DO SOCIALISMO

O MFA foi o motor básico do derrube do regime de Salazar e de Caetano. Porque a sua natureza embrionária, como movimento militar e reivindicativo era corporativa<sup>(13)</sup>, e não política, entregaram o poder político-militar à Junta de Salvação Nacional (JSN). O pronunciamento militar de 25 de Abril, que resultou num golpe de Estado, por essa razão, tinha por fundamento básico restituir as liberdades cívicas, partidárias e sindicais ao conjunto dos portugueses e permitir a edificação de uma sociedade moldada nos parâmetros clássicos da democracia burguesa de tipo ocidental. O general António de Spínola, pelo poder adquirido como Presidente da República e como Presidente da JSN, personificou a vontade institucional de instaurar um capitalismo moderno e desenvolvido em Portugal.

Essa intenção histórica, porém, passados poucos meses, revelou-se gorada no seu pragmatismo institucional e na sua identificação com os extractos sociais mais desfavorecidos sobre

<sup>(13)</sup> Diniz de Almeida, *Origens e Evolução do Movimento dos Capitães*, Lisboa, Ed. Sociais, 1976, p. 75.

o ponto de vista sócio-económico. A generalização e agudização dos conflitos sociais operários e o agravamento evolutivo da guerra colonial impediu ao general António de Spínola a realização do seu grande sonho <sup>(14)</sup>. A sua incapacidade não residiu somente na sua perspectiva de governação megalómana. A fragilidade estrutural do desenvolvimento capitalista em Portugal e o consequente movimento social que se lhe opôs foram, também, factores que bastante ajudaram a desenvolver esse processo. A estratégia hegemónica mundial imperialista sobre o contexto internacional e sobre os países subdesenvolvidos, por outro lado, impede-o de sistematizar positivamente a sua grande cartada histórica neocolonial. Inviabilizadas as soluções normativas e fulcrais para a implementação de um capitalismo moderno, logo após o 25 de Abril de 1974, o MFA pela sua incidência simbólica e institucional, reestrutura-se como movimento corporativo e passa a determinar-se como poder político-militar hegemónico no seio da sociedade portuguesa.

O MFA aparece, assim, depois de 28 de Setembro de 1974, como a estrutura política e militar com capacidade e função credível para superar a crise da sociedade portuguesa. Face à incapacidade histórica da alternativa capitalista, a alternativa socialista desponta no horizonte societal português. A paradigmática do modelo societal exacerbou-se com o evoluir da crise na sociedade portuguesa. A positividade do modelo «socialista» explica-se plausivelmente pela negatividade do seu contrário. Interessa sublinhar que, em todo esse processo, pela natureza radical e espontânea do movimento social operário e perante a contagiante partidarização e ideologização do mesmo, o MFA sofre uma reestruturação revolucionária como poder político-militar. Este, ao ser obrigado a intervir como força mediadora nos conflitos emergentes na sociedade civil e nas empresas, extroverteu-se e redifiniu-se na sua função clássica militar de guarda pretoriana da sociedade.

Persistindo um vazio no poder político-militar no sentido clássico, mantendo-se uma incapacidade de negociação e diálogo do patronato face às reivindicações dos trabalhadores, com a emergência e o desenvolvimento do surto grevista, ocupações de casas e de terras, saneamentos de «fascistas» das empresas e das instituições estatais, etc., só o MFA pode institucionalizar e arbitrar os conflitos decorrentes do processo revolucionário por-

---

<sup>(14)</sup> António de Spínola, *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia, 1974.

tuguês <sup>(15)</sup>. A força interventiva dos partidos políticos e a consequente politização de todos os conflitos, com base nos parâmetros ideológicos circunscritos à «esquerda» e ao «esquerdismo», levam o MFA a identificar-se globalmente com estes. Da paternidade do golpe de Estado e de libertadores do povo português, com a referida evolução, passam, posteriormente, a assumir a paternidade exclusiva da direcção e execução da implementação do «socialismo» em Portugal.

Assim, se é verdade que, numa primeira fase, a sua função crucial restringia-se à arbitragem institucional dos conflitos existentes entre as massas trabalhadoras e o patronato, favorecendo o primado das opções reformistas em benefício das reivindicações sócio-económicas dos primeiros, com a eclosão do 11 de Março de 1975 institucionaliza-se o processo de «transição para o socialismo» na sociedade portuguesa <sup>(16)</sup>. As nacionalizações decretadas pelo Conselho da Revolução, a acção governativa do IV Governo Provisório nos domínios da intervenção do Estado na economia e na implementação da reforma agrária demonstram, de modo inequívoco, a força institucional provida do MFA a nível do aparelho de Estado. Por esse motivo, pode-se afirmar que a tentativa histórica da instauração do «socialismo» em Portugal, proveio de uma institucionalização estatal e foi veiculada pragmaticamente pela força hegemónica da corrente do PCP no contexto da luta pelo poder no seio do MFA. As massas trabalhadoras não tiveram qualquer tipo de influência directa na institucionalização do processo da «transição para o socialismo». A sua força revolucionária diluiu-se no seio das «manigâncias» das estruturas partidárias e sindicais. Como estas, na ocorrência, agiam numa condição e função de subalternidade hierárquica relativamente ao poder exercido imperativamente pelo MFA <sup>(17)</sup>, depreende-se, logicamente, que as massas trabalhadoras portuguesas quando faziam greves, manifestações, comícios, saneamentos de «fascistas», ocupações de casas e terras, faziam-no porque o poder político-militar instituído facilitou o seu desenvolvimento e enquadramento no processo imperativo da institucionalização da «transição para o socialismo».

<sup>(15)</sup> Sobre este aspecto, ver a entrevista do almirante Rosa Coutinho ao jornal «Expresso», de 12-4-1975, Lisboa.

<sup>(16)</sup> Quanto à problemática da «transição para o socialismo», ver, José-Maria Carvalho Ferreira, *La problematique de «la transition vers le socialisme» dans l'histoire: le cas du Portugal (du 25 avril 1974 au 25 Novembre 1975)*. Thèse pour le Doctorat de Troisième Cycle, Université de Paris X — Nanterre, 1983.

<sup>(17)</sup> As manifestações de apoio aos documentos elaborados pelo MFA são a consequência lógica do referido processo.

Se podemos afirmar que a institucionalização do «socialismo» proveio da relativa força hegemónica adquirida pela corrente do PCP e correntes esquerdistas no interior do MFA, principalmente, com o exacerbamento das posições das correntes ali existentes (sobretudo entre aquelas ligadas aos documentos do COPCON, dos Nove e do Documento-Guia Aliança Povo-MFA), essa realidade vai entrar num processo de desagregação gradual. A pluralidade de modelos de sociedade «socialista» induzem a concepções diferentes e à proliferação de contradições entre as principais correntes do MFA <sup>(18)</sup>. A luta pela hegemonia da liderança do poder político-militar dinamizada pelo COPCON, os Nove e a 5.ª Divisão tem logicamente o seu epílogo, em 25 de Novembro de 1975. Da mesma maneira que os trabalhadores tiveram conhecimento histórico da instauração do «socialismo» através das contradições surgidas no seio do MFA em 11 de Março de 1975, também, em 25 de Novembro de 1975, pelas mesmas razões, mas com um epílogo diferente, têm conhecimento da inviabilidade histórica do mesmo.

A realidade estruturante e funcional dos partidos políticos e sindicatos, circunscritos na área ideológica de esquerda e do esquerdismo, foi bastante relevante para a eclosão do desenvolvimento dos acontecimentos sócio-económicos, políticos, culturais e militares ocorridos na sociedade portuguesa, após o 25 de Abril de 1974. Em grande medida, esse facto histórico deve-se à explosão dos conflitos reprimidos durante 5 décadas, pelo «fascismo» à portuguesa. Este, ao impossibilitar a livre circulação e concorrência de ideias e ideologias políticas; ao reprimir toda e qualquer luta por aparecerem sempre como sinónimo fantasmático da «peste comunista»; ao auto-reclamar-se como o «único» Estado providencial positivo para a sociedade portuguesa; e ao tornar-se num Estado providencial negativo no evoluir contextual da referida sociedade criou, por este conjunto de razões, no tecido social português uma série de desejos e expectativas prefigurados num Estado providencial de natureza contrária ao existente. Ou seja, ao atrofiar os elementos dinâmicos conducentes à concorrência e ao conflito próprios à lógica do capitalismo; ao passar um estatuto de menoridade aos cidadãos portugueses, aos grupos e instituições da sociedade civil, produziu uma sociedade acéfala e anémica, sustentada por um Estado

---

<sup>(18)</sup> Plano de Acção Política em 20 de Junho de 1975, Documento-Guia Aliança Povo-MFA em 8/9 de Julho de 1975, Documento dos Nove em 7 de Agosto de 1975 e Documento COPCON em 13 de Agosto de 1975.

orgânico medíocre, mas poderoso na sua função de onipotência, onnipresença e onisciência.

Este tipo de «fascismo» à força de induzir na sociedade portuguesa a «peste comunista» como a causa de todos os males passados, presentes e futuros, construiu, simultaneamente, uma opção maniqueia que consistiu em positivar a mesma. Face ao Estado providencial negativo que fazia do «comunismo» o «bode expiatório» de todos os males da sociedade portuguesa, gerou-se a hipótese contrária de ver nele a potencial solução estatista providencial.

Quando ocorre o 25 de Abril de 1974, essa potencialidade, objectiva e subjectiva, estruturada durante décadas, transforma e considera o «fascismo» no «único» factor determinante das insuficiências e contradições existentes na sociedade portuguesa. Simultaneamente, o PCP e o modelo de sociedade que defende despontam como a alternativa partidária e societal mais capaz de exterminar os males que subsistiam na sociedade portuguesa.

Por tal motivo, quase todas as personalidades, instituições ou grupos coniventes ou ligados ao regime deposto desaparecem da esfera política portuguesa. O medo, a cumplicidade e a negatividade de terem contribuído para a produção e reprodução de um Estado providencial falido, impossibilitou-os, logicamente, de agirem de forma descomplexada após o 25 de Abril. Inclusive, todos os partidos de direita que, entretanto, tinham sido criados<sup>(19)</sup> por personalidades coniventes com o antigo regime, desagregaram-se rapidamente. Pese embora o aparecimento do PPD em Maio de 1974 e do CDS em Julho de 1974, isso não invalida as suas dificuldades de estruturação e sobrevivência histórica no contexto político de então. Estes, ao terem sido acusados de ligação funcional com o antigo regime (e pese embora o facto de algumas das suas personalidades serem conotadas como «liberais») e sem capacidade conjuntural de imporem as suas ideologias e modelos de sociedade, viram-se constrangidos a assimilar as ideologias e modelos de sociedade de características «socialistas» e «socialisantes»<sup>(20)</sup>. O facto ainda do CDS não conseguir terminar o seu congresso realizado no Porto, em

<sup>(19)</sup> MFP (Movimento Federalista Português), PTDP (Partido Trabalhista Democrático Português), PL (Partido Liberal), MPP (Movimento Popular Português) e o PSDT (Partido Social-Democrata Independente).

<sup>(20)</sup> Os Projectos de Constituição do PPD e do CDS, apresentados na Assembleia Constituinte, respectivamente em 9 e 6 de Julho de 1975, são, sobre esse aspecto, bastante elucidativos. Nesse sentido, ver, «Diário da Assembleia Constituinte» de 9-7-1975 e 7-7-1975.

28 de Janeiro de 1975, demonstra, de modo inequívoco, as dificuldades das ideologias políticas de direita em se exprimirem no contexto revolucionário português de então.

O PCP, o MDP/CDE, os partidos esquerdistas e, em certa medida, o PS serão aqueles que poderão contagiar de forma positiva e descomplexa o tecido social português dos grandes centros urbanos, em termos ideológicos e partidários. São eles que potencializam e veiculam positivamente a afirmação histórica de um Estado providencial para os portugueses. A sua agressividade ideológica, partidária e militante diluiu-se facilmente no movimento social operário que explodiu contestatariamente e emergiu para opções de tipo radical. O «comunismo» deixa de ser uma realidade espectral para a sociedade portuguesa. A rádio, imprensa, televisão, edições de livros, comícios, manifestações, conversas de família e de café, etc., todas essas instituições, emergem e estruturam a discussão, leitura, crítica, informação e formação à volta da temática do «comunismo», do «socialismo», do «capitalismo» e do «fascismo».

O PCP, vivendo na clandestinidade, durante bastantes anos, criando e desenvolvendo uma organização estaliniana e congregando à sua volta a auréola de mártir e salvador potencial da pátria em desagregação, conseguiu capitalizar hegemonicamente e liderar, em termos relativos, o processo revolucionário português. Associado de modo privilegiado ao MDP/CDE, o PCP apodera-se facilmente das autarquias, ministérios, sindicatos e de outras instituições estatais, etc. Simultaneamente, pela sua capacidade organizativa e militante consegue, em pouco tempo, tocar ideologicamente quase toda a sociedade portuguesa e abrir sedes e centros de trabalho por todo o país <sup>(21)</sup>.

Numa primeira fase do desenvolvimento do processo revolucionário a sua acção junto das massas trabalhadoras consistiu na divulgação ideológica dos seus objectivos programáticos e partidários e na captação desenfreada de militantes. Por outro lado, procurou a todo o transe apropriar-se das direcções dos sindicatos fascistas, através da hegemonia que exercia na liderança da Intersindical. Açambarcado por estas tarefas prioritárias de hegemonia burocrática, o PCP viu-se, momentaneamente, incapacitado de intervir positivamente como líder no contexto das lutas operárias que brotaram espontânea e radicalmente na sociedade portuguesa. Por essa razão, na genera-

---

<sup>(21)</sup> Segundo o jornal «Avante», órgão central do PCP, de 21-10-1974, o PCP, em Outubro de 1974 possuía 136 centros de trabalho e sedes por todo o país.

lidade dos casos, a formação de comissões de trabalhadores, de assembleias gerais de empresas e logicamente as direcções das lutas operárias, imediatamente a seguir ao 25 de Abril, foram obra própria dos trabalhadores inseridos nessas empresas ou, em parte, dinamizados por elementos esquerdistas que ainda não tinham sido enquadrados, nem tinham sofrido os resultados da excessiva estruturação partidária e ideológica. Como o contexto sócio-político e militar para o PCP, na altura, resumia-se na instauração dos princípios pragmáticos clássicos da democracia burguesa <sup>(22)</sup>, em função desse pressuposto básico, as lutas dinamizadas pelo movimento operário deveriam coadunar-se com esse imperativo nacional. Não admira, portanto, que o PCP, através do seu aparelho partidário, dos sindicatos que liderava e da influência que exercia no âmbito do aparelho estatal, tivesse sido o principal obreiro das sabotagens e denegrimiento das greves e/ou outras formas de lutas operárias que emergiram, entre tanto na sociedade portuguesa <sup>(23)</sup>. Na prossecução dessa posição anti-movimento social operário, o PCP deturpa e realiza manifestações para o apedrejamento de grevistas <sup>(24)</sup> e denegrece outras (como foi o caso da Timex, TAP, Jornal do Comércio, padeiros da região de Lisboa, pescadores de Matosinhos, etc.), catalogando-as como greves irrealistas e manipuladas por patrões reaccionários e «fascistas». No fundo, para o PCP, na altura, tratava-se de defender acerrimamente a economia nacional e a estabilidade democrática instaurada.

Com a institucionalização do processo da «transição para o socialismo» em Portugal, o PCP adveio o «campeão» do mesmo e esquece depressa a realidade precedente. É, indiscutivelmente, pela sua «batuta» e acção que o referido processo se desenvolve espaço-temporalmente em todas as frentes na sociedade portuguesa. Perdida a cartada eleitoral de 25 de Abril de 1975, perde a legitimidade que lhe faltava da sociedade civil para hegemonizar e liderar positivamente esse processo até ao seu fim lógico. Com efeito, o fenómeno da contradição e da desagregação generaliza-se facilmente a todas as instâncias da sociedade civil e do poder instituído. Face a esse contexto, o PCP é reduzido a uma dimensão de impotência e procura apoios no interior das estruturas esquerdistas. O radicalismo destas, porém, impede-o de concretizar a referida aliança para a prossecução da revo-

(22) Editorial do jornal «Avante» de 7-6-1964.

(23) Jornal «Avante» de 7-6-1974.

(24) F. Avila, C. Ferreira, B. Lory, C. Orsoni e Ch. Reeve *Portugal, l'autre combat*, Paris, Spartacus, 1975, pp. 58-70.

lução «socialista». Assim, após a ascensão do grupo dos Nove como poder político-militar no interior do MFA e com a formação do VI Governo Provisório, a sua função decresce na sociedade portuguesa.

Os partidos esquerdistas (fundamentalmente, o MRPP, MES, PRP/BR e partidos maoistas) não hostilizaram as lutas sociais operárias de carácter radical e espontâneo. No princípio desse processo, sendo incapazes de liderar o referido movimento com base nos parâmetros da sua ideologia partidária, atrelaram-se a esse mesmo movimento e serviram de «bombeiros» com a sua militância filantrópica e messiânica. A sua função positiva junto das massas trabalhadoras, em contraste com a do PCP, deu, posteriormente, os seus frutos partidários e ideológicos. Se até aos fins de Setembro de 1974 não tinham conseguido liderar partidariamente as lutas operárias, desde então conseguem estruturar a sua acção militante no seio do mesmo, espartilhando-o numa série de opções ideológicas e partidárias.

O nascimento e a implementação da Comissão Inter-Empresas, com base em algumas dezenas de empresas situadas nas cinturas industriais de Lisboa e Setúbal, em fins de Setembro de 1974, e a manifestação gigantesca convocada pela referida organização, em 7 de Fevereiro de 1975, no intuito de dinamizar a luta revolucionária dos trabalhadores contra o poder instituído e pela realização do «socialismo», exprime já uma relativa influência dos partidos esquerdistas no seio do movimento social operário que, precedentemente, tivera características espontâneas e radicais. Essa realidade foi dinamizada por certos partidos esquerdistas (UDP, PRP/BR, MES, MRPP e organizações esquerdistas restantes) e era totalmente independente da esfera influente do PCP e da Intersindical.

A influência dos partidos esquerdistas e da esquerda sobre o movimento social operário acentuou-se desde a ocorrência do 11 de Março de 1975. A excessiva partidarização, ideologização e institucionalização das lutas operárias tornou-se uma realidade inofismável. Nesse sentido, as lutas operárias eram instrumentalizadas pelo PCP, MDP/CDE e a Intersindical para a implementação do processo de «transição para o socialismo» ou, em alternativa, serviam para empolar os interesses ideológicos e partidários específicos dos partidos esquerdistas. A hegemonia institucional do processo revolucionário português e a consequente dependência da sociedade civil implicou que grande parte das energias fisiológicas e intelectuais existentes no movimento social operário fossem veiculadas pela via da luta institucional inter-partidária e inter-militar. É dentro deste esquematismo estruturante e de relação funcional hierárquica, entre o poder

instituído e as lutas operárias instrumentalizadas pelos partidos e sindicatos, que se deve compreender o surgimento dos CRTSM (Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros) em 19 e 20 de Abril de 1975 <sup>(25)</sup>, sob a égide do PRP/BR, da FUR (Frente Unitária Revolucionária), em 25 de Agosto de 1975, composta pelo PCP, MDP/CDE, PRP/BR, MES, LCI, FSP, LUAR e jornal «1.º de Maio» <sup>(26)</sup> e bem como da realização do 1.º Congresso Nacional dos Comitês dos Trabalhadores, em 27 e 28 de Setembro <sup>(27)</sup>, sob a égide do MRPP. A função institucionalizadora e partidária dos partidos esquerdistas estruturou-se também no apoio ou oposição dos diferentes projectos de sociedade produzidos no âmbito da luta existente no interior do MFA. A identificação do MES, PRP/BR, UDP, FSP, LCI, grupos trotskistas e da LUAR relativamente ao Documento-Guia Aliança Povo-MFA e ao Documento do COPCON e a identificação do PCP (m-l) - facção Vilar e do MRPP com o Documento dos Nove demonstram à saciedade a dependência das lutas e manifestações operárias do poder instituído e dos partidos.

A função do PS foi bastante «sui generis» relativamente às massas trabalhadoras portuguesas. A influência ideológica e partidária do PCP e dos partidos esquerdistas sobre as mesmas, retirou-lhe bastante a base de apoio nesse extracto social. A afluência da pequena burguesia, de extractos sociais ligados a profissões liberais e intelectuais como base social estruturante do partido socialista, explica, em grande medida, o alheamento do proletariado à sua ideologia e às suas estruturas partidárias. As constantes incursões partidárias propagandísticas no sentido de otimizar o papel «revolucionário» e «socialista» do PS junto da opinião pública, por outro lado, não lhe trouxe resultados positivos no seio da classe trabalhadora.

A luta contra a hegemonia da Intersindical sobre o conjunto dos sindicatos portugueses e a luta contra a «unicidade» sindical, aprovada pelo MFA e decidida em Conselho de Ministros, em 14 de Janeiro de 1975, não foi implementada pela acção dos trabalhadores ligados ao PS. Perante a inexistência de um número considerável de trabalhadores no seio do PS, nas circunstâncias, vai ser o «Comité Central» do referido partido que contesta a tendência hegemónica da Intersindical, como correia

<sup>(25)</sup> Ver, jornal «Revolução», órgão central do PRP/BR, de 23-4-1975.

<sup>(26)</sup> Ver, jornal «Diário de Notícias» de 26-8-1975, Lisboa.

<sup>(27)</sup> Ver, jornal «Luta Popular», órgão central do MRPP, de 30-10-1975.

de transmissão do PCP, no movimento sindical, mas sem êxito aparente <sup>(28)</sup>.

O grande trunfo histórico do PS acontece no momento da assinatura da Plataforma de Acordo Constitucional elaborado entre partidos e o MFA, em 11 de Abril de 1975. A emergência da institucionalização do «socialismo» sob a égide do PCP e do MFA, obriga a que o PS procurasse, pela via da lógica da legitimidade eleitoral, inverter a evolução do processo revolucionário português a seu favor. Só a realização de eleições poderia contrariar a hegemonia adquirida pelo PCP no aparelho de Estado e na sociedade civil. As eleições realizadas em 25 de Abril de 1975, demonstram a veracidade desse facto. Com efeito, a partir do momento em que as eleições dão a maioria relativa ao PS, o segundo lugar ao PPD e ainda um resultado irrisório ao PCP, MDP/CDE e partidos esquerdistas (cerca de 20% dos votos expressos), surge a destabilização no seio da sociedade civil e no interior do MFA.

Desde então, o PS passa a reclamar uma maior parcela do poder político pela via da legitimidade adquirida <sup>(29)</sup>. Essa propensão reivindicativa desarticula e destabiliza institucionalmente as relações entre a sociedade civil e o poder político-militar instituído. As contradições na base social de apoio ao projecto «socialista» em curso provoca, por outro lado, uma série de conflitos e arrasta o MFA para a desagregação progressiva. Com o agravamento da crise da sociedade portuguesa e perante a legitimidade eleitoral adquirida para assumir o poder político, o PS passa a posicionar-se como o «campeão» da luta contra o «colectivismo» do PCP e contra o «gonçalvismo», razão pela qual passa a usufruir de maiores apoios no seio do MFA e da sociedade civil. Com a grande burguesia espoliada, a pequena burguesia amedrontada, refugiados das colónias vindicativos, igreja enxovalhada, etc., esse ódio e revolta «anti-comunista» e «anti-gonçalvista» serão instrumentalizados através das manifestações e comícios organizados pelo PS <sup>(30)</sup>.

Ostentando o primado da bandeira contra os perigos do «socialismo real» de tipo marxista-leninista soviético é através

---

<sup>(28)</sup> O discurso de Salgado Zenha, na altura, Ministro da Justiça do III governo provisório, em 16 de Janeiro de 1975, foi, nesse aspecto, bastante relevante. Ver, jornal «Portugal Socialista», órgão central do PS, de 16-1-1975.

<sup>(29)</sup> Ver declarações de Mário Soares, secretário-geral do PS, ao jornal «A Capital» de 28-4-1975.

<sup>(30)</sup> Sobre tudo as manifestações realizadas pelo PS, no Porto e Lisboa, respectivamente em 18 e 19 de Julho de 1975.

da acção do PS que todos os extractos sociais descontentes com a evolução da sociedade portuguesa após o 25 de Abril vão lutar exacerbadamente contra a hegemonia do PCP adquirida no seio do poder político-militar. As vitórias obtidas pelo PS (em coligação com o MRPP, PCP (m-1) facção Vilar e o PPD, na generalidade dos casos) em alguns sindicatos atesta, por sua vez, a relativa credibilidade e captação de militantes no seio das massas trabalhadoras. O PS, por tal motivo, vai aparecer, nesse período histórico, como o partido que ideologiza e institucionaliza as lutas da sociedade civil para expulsar o PCP do poder instituído. Isso não obstou a que, desde a formação do VI Governo Provisório em 19 de Setembro de 1975, modificasse a sua tática e estratégia e mobilizasse esses extractos sociais e as suas respectivas lutas, na defesa intransigente do novo poder instituído que identifica com a sua hegemonia.

A falta de credibilidade histórica dos sindicatos corporativos como expressão negativa do regime deposto em 25 de Abril junto das massas trabalhadoras, implicou a sua funcional esterilidade no contexto clássico das lutas entre o trabalho e o capital. Meras estruturas serventuárias de um sindicalismo atávico no domínio reivindicativo e defensor intransigente de um corporativismo ligado aos interesses exclusivos do patronato e do Estado providencial de Salazar e Caetano. Pulverizados por uma excessiva hierarquização profissional, no interior da mesma empresa, ramo de produção ou região, a defesa homogénea e a capacidade reivindicativa dos trabalhadores portugueses diluíam-se no emaranhado burocrático e legislativo dos sindicatos corporativos.

Quando ocorre o 25 de Abril, face à falta de credibilidade dos referidos sindicatos, os trabalhadores portugueses recorrem às assembleias gerais de empresa e elegem comissões de trabalhadores para a defesa dos seus interesses específicos e para a luta contra o patronato. Quem se interessou pelas estruturas sindicais deixadas pelo antigo regime deposto foi a Intersindical. Substituindo e criando novas direcções sindicais, em pouco tempo decorrido após o 25 de Abril, a Intersindical ganha uma quase total hegemonia sobre os sindicatos existentes. Porém, estes, embora fossem obsoletos como função sindical credível junto das massas trabalhadoras, possuíam um espólio importantíssimo de bens imóveis e detinham um serviço de estruturas burocráticas gigantescas imprescindíveis para uma função sindical ulterior.

Dessa estratégia e tática se apercebeu a Intersindical: daí que tenha utilizado as estruturas e a legislação própria dos sindicatos corporativos para obter hegemonia sobre os mesmos e tentar liderar as lutas operárias que, entretanto, se desenvol-

veram. A cumplicidade e a identidade da Intersindical com os objectivos pragmáticos e programáticos defendidos pelo PCP e o poder instituído, logo após o 25 de Abril, impede-a de agir conformemente às aspirações reivindicativas e organizativas das massas trabalhadoras. Se, antes dessa data, a Intersindical era apologista da generalidade das reivindicações e métodos de organização utilizados pelo movimento social operário de natureza espontânea e radical, depois, com o eclodir das mesmas, sabota e considera todas essas greves, como um movimento social lesa-pátria e lesa-economia nacional <sup>(31)</sup>.

No prosseguimento da sua acção sabotadora do movimento social operário, articulando-se com os imperativos governativos e estratégicos do PCP, que detinha a pasta do Ministério do Trabalho, dá o apoio militante e ideológico à lei sobre a greve estipulada pelo Decreto-Lei n.º 392/74, de 27 de Agosto <sup>(32)</sup>. Esta legislação implicava o atrofiamiento quase total do exercício do direito à greve. A praticabilidade da greve só, em condições excepcionais, era institucionalmente admitida. Por sua vez, a prática do «lock out», por parte do patronato, tornava-se uma realidade possível, desde que ocorressem greves mais radicais e fossem «lesivas» da economia nacional e da empresa.

A partir de 28 de Setembro de 1974, a modificação ocorrida a nível do poder político-militar em benefício das correntes do MFA mais progressistas, emerge o PCP para uma relativa hegemonização sobre o poder instituído. A sintonia de interesses entre a Intersindical, o PCP e uma franja do poder político-militar, implicou que a mesma interviesse no sentido de ganhar hegemonia sobre o contexto sindical e operário. A luta pela «unicidade» sindical, a partir de então, passa a ser um dos objectivos prioritários da Intersindical. Nesse sentido, o Ministério do Trabalho, o PCP, a Intersindical e o MDP/CDE elaboram uma estratégia comum, metendo, para o efeito, os seus respectivos aparelhos e estruturas a funcionar crucialmente na prossecução desse objectivo imperativo. Manifestações, comícios, moções, petições, propaganda nos jornais, rádio e televisão, reuniões nos locais de trabalho, etc., todas estas práticas, estruturaram-se num mesmo diapasão que consistia na institucionali-

<sup>(31)</sup> Nesse aspecto, é interessante analisar as entrevistas de Canais Rocha, dirigente da Intersindical, ao jornal «Diário de Lisboa» de 24-6-1974 e à revista «Flama» de 6-9-1974, Lisboa, p. 44.

<sup>(32)</sup> «Diário do Governo», 1.ª série, n.º 199 (suplemento), de 27-8-1974, pp. 946-(1, 2, 3, 4).

zação da «unicidade» sindical — o que acontece no dia 14 de Janeiro de 1975.

A partir desse momento, a hegemonia da Intersindical tornava-se uma realidade institucional. Para além de possuir grande parte das direcções sindicais existentes, arrogava-se ao luxo do predomínio despótico sobre os mesmos. A ocorrência do 11 de Março de 1975 e a consequente instauração do processo de «transição para o socialismo» vai alargar esse predomínio. Pelo Decreto-Lei n.º 251-A/75, de 30 de Abril <sup>(33)</sup>, a Intersindical é instituída como a única central sindical dos trabalhadores portugueses. Alargada a sua margem de manobra institucional sobre os mesmos, a sua luta centra-se, basicamente, na implementação da «transição para o socialismo» em Portugal <sup>(34)</sup>. Na medida em que a «economia» do país estava, a partir desse momento, identificada com os interesses dos trabalhadores, estes, segundo a Intersindical, deveriam lutar pela «batalha da produção», pelo «controlo da produção», pelas nacionalizações e pela reforma agrária.

A subalternização da Intersindical relativamente ao poder instituído e ao PCP vai acarretar-lhe bastantes problemas no seu relacionamento com a classe trabalhadora. Esta, influenciada pelos partidos esquerdistas, pelo PS e, por outro lado, descontente com a actuação sabotadora e burocrática da Intersindical, recusar-se-á a assumir positivamente os objectivos da «batalha da produção» e do «controlo da produção». Certas direcções sindicais, como foi o caso do Sindicato da Indústria e Comércio Farmacêutico, em 26 de Julho de 1975, do Sindicato dos Jornalistas, em 12 de Agosto de 1975, do Sindicato dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa, em 30 de Agosto de 1975, do Sindicato dos Empregados Bancários do Sul e Ilhas, em 30 de Agosto de 1975, e dos Empregados Bancários do Norte, no mesmo período, etc., são ganhas, por tal motivo e por via eleitoral, por correntes que se opunham à Intersindical. Sublinhe-se que outras direcções sindicais foram ganhas por correntes sindicais afectas aos partidos esquerdistas (fundamentalmente, afectas ao MES, UDP, MRPP e PCP (m-l) - facção Vilar).

A partir do momento em que o V Governo Provisório, o PCP e a corrente do MFA ligada ao mesmo perdem a liderança hegemónica no contexto do poder político-militar, a Intersindical

<sup>(33)</sup> «Diário do Governo», 1.ª série, n.º 100 (suplemento), de 30-4-1975, pp. 604-(1, 2).

<sup>(34)</sup> Jornal «Alavanca» de 30-7-1975.

entra numa fase de declínio <sup>(35)</sup>. A sua acção e função junto das massas trabalhadoras diminuem bastante. Durante o «verão quente» de 1974 resume-se a defender os seus locais e militantes, ao mesmo tempo que clamava por greves de solidariedade e manifestações a favor dos partidos «revolucionários» e do «socialismo», mas sem êxito. Quando o VI Governo Provisório entra em funções, a sua oposição ao poder instituído manifesta-se rapidamente. As manifestações e greves para o seu derrube sucedem-se a um grande ritmo. O grande momento para esse objectivo ocorre aquando da greve dos trabalhadores da construção civil e que culminou com o sequestro dos deputados e de alguns membros do governo no palácio de S. Bento, nos dias 12 e 13 de Novembro de 1975.

Com a eclosão do 25 de Novembro de 1975, a força estruturante da articulação institucional das lutas dos trabalhadores com a dinâmica partidária e sindical perdeu bastante motivação ideológica e militante. Frustradas as grandes expectativas e desejos para implementar o «socialismo» em Portugal; goradas as hipóteses históricas de uma melhoria substancial do nível sócio-económico, político e cultural do conjunto das massas trabalhadoras; impossibilitada a formação e a luta por uma sociedade que não estivesse situada nos parâmetros dos actuais modelos de sociedade; enfim, não tendo os trabalhadores sistematizado uma capacidade histórica para lutar por uma sociedade «isenta de exploração e opressão», restou-lhes agir pela afirmação positiva da sociedade existente, como escravos modernos do capital.

---

<sup>(35)</sup> Essa realidade é significativamente demonstrada pela regularidade de publicação do seu órgão «Alavanca». Este, que aparecia regularmente todas as semanas desde 9 de Dezembro de 1974, entre 27 de Agosto de 1975 e 19 de Novembro de 1975 foi publicado somente 3 vezes.